

Congresso deve se opor à desindexação

Ailton de Freitas/14-03-95

ROSSANA ALVES

BRASÍLIA — O Governo enfrentará forte oposição do Congresso ao projeto de desindexação dos salários a partir de 1º de julho. Na avaliação dos principais líderes partidários, Câmara e Senado não aprovarão o fim dos reajustes salariais automáticos e a implantação da livre negociação entre patrões e empregados. Mesmo os políticos aliados do presidente Fernando Henrique Cardoso admitem que, se não houver garantia de correção dos salários mais baixos, incluindo o salário-mínimo, o Governo será derrotado.

— O Congresso não aceita a livre negociação. Terá que haver regras para correção do salário-mínimo e para quem ganha pouco mais que o mínimo — garante o presidente do PPR, senador Esperidião Amin, um dos grandes aliados do Governo.

O principal entrave aos planos da equipe econômica chama-se PMDB. Com 107 deputados e 23 senadores, o maior partido no Congresso tem funcionado como fiel da balança em decisões importantes.

Sem o apoio da bancada do PMDB, é praticamente impossível para o Governo aprovar seus projetos. E os líderes do partido na Câmara, deputado Michel Temer, e no Senado, Jader Barbalho, deixam claro que suas bancadas não abrem mão de uma regra de transição para os salários.

— Nem o PMDB nem o Congresso concordarão com uma proposta de livre negociação pura e simples. Sem uma proteção para as categorias menos organizadas ou para os trabalhadores de baixa renda, a desindexação não será aprovada — garante Temer.

Ele lembra que a criação do IPC-R para corrigir os salários foi uma exigência do PMDB, que não aceitou aprovar o Plano Real no ano passado sem uma garantia para os trabalhadores mais pobres.



Barbalho e Temer, líderes do PMDB: bancada quer regra de transição

“ Não aceitamos a livre negociação pura e simples ”

Michel Temer
Líder do PMDB na Câmara

“ Não podemos abrir mão de uma regra de transição ”

Jader Barbalho
Líder do PMDB no Senado